

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região de Palmeira das Missões - Sicredi Grande Palmeira RS

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região de Palmeira das Missões - Sicredi Grande Palmeira RS
Palmeira das Missões/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região de Palmeira das Missões - Sicredi Grande Palmeira RS (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região de Palmeira das Missões - Sicredi Grande Palmeira RS em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região de Palmeira das Missões - Sicredi Grande Palmeira RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região de Palmeira das Missões - Sicredi Grande Palmeira RS
CNPJ/MF nº 87.789.178/0001-41

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	225.075	197.358	CIRCULANTE	124.786	126.661
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	3.213	2.368	DEPÓSITOS (NOTA 12)	48.432	45.937
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	7.270	-	Depósitos à Vista	23.847	24.571
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.270	-	Depósitos Interfinanceiros	13.925	10.044
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	36.295	-	Depósitos a Prazo	10.660	11.322
Carteira Própria	36.295	-	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	61.428	68.720
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	28.820	53.363	Repasse Interfinanceiros	61.428	68.720
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	295	748	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	859	435
Correspondentes no país	9	-	Recursos em Trânsito de Terceiros	859	435
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	28.516	52.615	OUTRAS OBRIGAÇÕES	14.067	11.569
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	140.638	133.392	Cobrança e Arrecadação de Tributos	43	42
Operações de Crédito	144.841	136.991	Sociais e Estatutárias	3.571	2.834
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(4.203)	(3.599)	Fiscais e Previdenciárias	533	436
OUTROS CRÉDITOS	8.215	6.843	Diversas (NOTA 14)	9.920	8.257
Créditos por Avals e Fianças Honrados (NOTA 07)	66	31			
Rendas a Receber	494	539			
Créditos Específicos	386	364			
Diversos (NOTA 07 e 08)	7.828	6.366			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 07)	(559)	(457)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	624	1.392			
Outros Valores e Bens	565	1.350			
Despesas Antecipadas	59	42			
NÃO CIRCULANTE	81.200	83.300	NÃO CIRCULANTE	109.187	91.376
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	81.200	83.300	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	109.187	91.376
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	9.734	22.729	DEPÓSITOS (NOTA 12)	109.187	91.376
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.734	22.729	Depósitos Interfinanceiros	11.573	13.112
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	56.305	44.996	Depósitos a Prazo	97.614	78.264
Operações de Crédito	59.245	46.889			
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(2.940)	(1.893)			
OUTROS CRÉDITOS	20	942			
Diversos (NOTA 07 e 08)	20	955			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 07)	-	(13)			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	8.462	8.462	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	72.302	62.621
Outros Investimentos	8.462	8.462	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	31.345	29.307
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	4.700	3.914	De Domiciliados no País	31.468	29.365
Imóveis de Uso	1.399	1.398	(Capital a Realizar)	(123)	(58)
Outras Imobilizações de Uso	7.029	5.489	RESERVAS DE SOBRAS	37.297	30.422
(Depreciação acumulada)	(3.728)	(2.973)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	3.660	2.892
INTANGÍVEL (NOTA 11)	1.979	2.257			
Outros Ativos Intangíveis	4.629	4.395			
(Amortização acumulada)	(2.650)	(2.138)			
TOTAL DO ATIVO	306.275	280.658	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	306.275	280.658

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região de Palmeira das Missões - Sicredi Grande Palmeira RS
CNPJ/MF nº 87.789.178/0001-41

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20.748	-	20.748	39.508	-	39.508	28.129	1	28.130
Operações de Crédito	20.131	-	20.131	38.255	-	38.255	27.777	1	27.778
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	602	-	602	1.218	-	1.218	300	-	300
Resultado das Aplicações Compulsórias	15	-	15	35	-	35	52	-	52
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(6.015)	(12)	(6.027)	(12.193)	(22)	(12.215)	(8.998)	(16)	(9.014)
Operações de Captação no Mercado	(3.284)	(12)	(3.296)	(6.609)	(22)	(6.631)	(4.508)	(16)	(4.524)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.311)	-	(1.311)	(2.771)	-	(2.771)	(3.591)	-	(3.591)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.420)	-	(1.420)	(2.813)	-	(2.813)	(899)	-	(899)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	14.733	(12)	14.721	27.315	(22)	27.293	19.131	(15)	19.116
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(8.912)	917	(7.995)	(15.039)	1.912	(13.127)	(9.295)	1.648	(7.647)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.333	2.188	3.521	2.876	4.573	7.449	3.527	3.952	7.479
Rendas de Tarifas Bancárias	1.391	-	1.391	2.749	-	2.749	2.472	-	2.472
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(6.021)	(517)	(6.538)	(11.091)	(1.048)	(12.139)	(9.029)	(974)	(10.003)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(4.429)	(480)	(4.909)	(8.724)	(974)	(9.698)	(7.365)	(975)	(8.340)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(15)	(107)	(122)	(48)	(223)	(271)	(47)	(188)	(235)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	2.906	108	3.014	5.948	44	5.992	6.049	194	6.243
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(4.077)	(275)	(4.352)	(6.749)	(460)	(7.209)	(4.902)	(361)	(5.263)
RESULTADO OPERACIONAL	5.821	905	6.726	12.276	1.890	14.166	9.836	1.633	11.469
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	469	-	469	489	(262)	227	(48)	165	117
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	6.290	905	7.195	12.765	1.628	14.393	9.788	1.798	11.586
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	141	141	-	(57)	(57)	-	64	64
Provisão para Imposto de Renda	-	91	91	-	(29)	(29)	-	42	42
Provisão para Contribuição Social	-	50	50	-	(28)	(28)	-	22	22
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(1.142)	-	(1.142)	(1.945)	-	(1.945)	(1.433)	-	(1.433)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	5.148	1.046	6.194	10.820	1.571	12.391	8.355	1.862	10.217
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	1.571	(1.571)	-	1.862	(1.862)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	5.148	1.046	6.194	12.391	-	12.391	10.217	-	10.217
DESTINAÇÕES	-	-	-	(8.731)	-	(8.731)	(7.325)	-	(7.325)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.334)	-	(1.334)	(1.119)	-	(1.119)
Fates - Estatutário	-	-	-	(522)	-	(522)	(413)	-	(413)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(6.274)	-	(6.274)	(4.957)	-	(4.957)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(601)	-	(601)	(836)	-	(836)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	3.660	-	3.660	2.892	-	2.892

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região de Palmeira das Missões - Sicredi Grande Palmeira RS

CNPJ/MF nº 87.789.178/0001-41

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	27.406	24.183	2.982	54.571
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	1.214	-	(2.520)	(1.306)
Destinações para reservas	-	446	(446)	-
Outras destinações	-	-	(16)	(16)
Capital de associados				
Aumento de capital	1.020	-	-	1.020
Baixas de capital	(1.438)	-	-	(1.438)
Resultado do período	-	-	10.217	10.217
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(413)	(413)
Reserva Legal - Estatutária	-	4.957	(4.957)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.105	-	(1.119)	(14)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	836	(836)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	29.307	30.422	2.892	62.621
Mutações do Período	1.901	6.239	(90)	8.050
Saldos no início do período em 01/01/2019	29.307	30.422	2.892	62.621
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	1.174	-	(2.792)	(1.618)
Outras destinações	-	-	(13)	(13)
Fundo Social	-	-	(87)	(87)
Capital de associados				
Aumento de capital	858	-	-	858
Baixas de capital	(1.312)	-	-	(1.312)
Resultado do período	-	-	12.391	12.391
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(522)	(522)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.274	(6.274)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.318	-	(1.334)	(16)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	601	(601)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	31.345	37.297	3.660	72.302
Mutações do Período	2.038	6.875	768	9.681
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	30.351	30.422	6.197	66.970
Capital de associados				
Aumento de capital	513	-	-	513
Baixas de capital	(837)	-	-	(837)
Resultado do período	-	-	6.194	6.194
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(522)	(522)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.274	(6.274)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.318	-	(1.334)	(16)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	601	(601)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	31.345	37.297	3.660	72.302
Mutações do Período	994	6.875	(2.537)	5.332

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região de Palmeira das Missões - Sicredi Grande Palmeira RS
CNPJ/MF nº 87.789.178/0001-41

	01/01/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	6.959	14.885	11.523
Resultado do semestre/exercício	6.194	12.391	10.217
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	765	2.494	1.306
Provisão para operações de crédito	748	1.651	494
Provisão para desvalorização de outros créditos	54	89	72
Depreciação do imobilizado de uso	400	760	560
Amortização do intangível	267	512	437
Baixas do ativo permanente	-	9	48
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(155)	(45)	98
Destinações ao FATES	(522)	(522)	(413)
Dividendos SicrediPar	(27)	40	10
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(30.303)	(34.162)	(13.343)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(503)	5.725	(20.799)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(36.295)	(36.296)	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	552	-	-
(Aumento) Redução em créditos vinculados	284	453	(684)
(Aumento) em relações com correspondentes	(9)	(9)	-
(Aumento) em operações de crédito	(18.509)	(20.206)	(33.815)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	16.260	(7.292)	(3.783)
(Aumento) em outros créditos	(1.071)	(579)	(2.741)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(66)	768	953
Aumento em depósitos	5.483	20.306	47.152
Aumento em relações interdependências passivas	588	424	104
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(2.660)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(70)	(413)	(298)
Aumento em outras obrigações	3.053	2.957	3.228
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(23.344)	(19.277)	(1.820)
Aquisição de Investimentos	-	-	(430)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(715)	(1.555)	(1.503)
Aplicações no Intangível	(75)	(234)	(1.006)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(790)	(1.789)	(2.939)
Integralização de capital	513	858	1.020
Baixa de capital	(837)	(1.312)	(1.438)
Juros ao capital próprio	(16)	(16)	(14)
Distribuição de Sobras	-	(1.718)	(1.322)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(340)	(2.188)	(1.754)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(24.474)	(23.254)	(6.513)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	56.203	54.983	61.496
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	31.729	31.729	54.983

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região de Palmeira das Missões - Sicredi Grande Palmeira RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 16/06/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 10 de fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	3.213	2.368
Caixa	3.213	2.368
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	28.516	52.615
Total	31.729	54.983

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.270	-
DI entre Banco e Cooperativas	7.270	-
Total circulante	7.270	-

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.734	22.729
DI entre Banco e Cooperativas	9.734	19.156
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	3.573
Total não circulante	9.734	22.729

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa (i)	36.295	-
Total circulante	36.295	-

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	78.747	51.335	130.082	107.869
Financiamentos	4.859	7.271	12.130	8.577
Financiamentos rurais e agroindustriais	61.235	639	61.874	67.434
Carteira total	144.841	59.245	204.086	183.880

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	66	-	66	31
Devedores por compra de valores e bens	5	16	21	1.313
Títulos e créditos a receber (i)	7.129	4	7.133	5.120
Total	7.200	20	7.220	6.464

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	-	1	-	-
Nível A	0,50	57.872	52.092	289	260
Nível B	1,00	91.232	96.037	912	960
Nível C	3,00	42.513	31.801	1.275	955
Nível D	10,00	13.913	5.512	1.391	551
Nível E	30,00	2.379	2.153	714	646
Nível F	50,00	1.031	886	516	443
Nível G	70,00	492	262	344	183
Nível H	100,00	1.874	1.600	1.874	1.600
Total (i)		211.306	190.344	7.315	5.598

(i) Em 31 de dezembro de 2019 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 387 (2018 - R\$ 364).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019				Total da Carteira	2018
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.777	21.447	48.662	46.349	118.235	97.279
Rural	-	13.783	47.452	639	61.874	67.434
Industrial	22	142	576	460	1.200	1.858
Comércio	72	3.800	7.120	6.204	17.196	16.337
Outros Serviços	62	1.986	5.140	5.613	12.801	7.436
Total	1.933	41.158	108.950	59.265	211.306	190.344

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	25.677	12,15	24.250	12,74
50 devedores seguintes	53.905	25,51	51.385	27,00
100 devedores seguintes	37.240	17,62	34.576	18,17
Demais	94.484	44,71	80.133	42,09
Total	211.306	100	190.344	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	5.962	5.396
Constituição de provisão	2.813	899
Movimentação de baixados para prejuízo	(1.073)	(333)
Saldo final	7.702	5.962

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 822 (2018 - R\$ 1.064), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 19.295 (2018 - R\$ 8.376).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	22	35
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	310	268
Devedores por compra de valores e bens	5	359
Impostos e contribuições a compensar	163	290
Títulos e créditos a receber (ii)	7.129	5.119
Cotas de consórcio	79	79
Operações com cartões	84	117
Pendências a regularizar	13	76
Outros	23	23
Total Circulante	7.828	6.366

Devedores por compra de valores e bens	16	954
Títulos e créditos a receber (ii)	4	1
Total não circulante	20	955

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	565	1.350
Imóveis	542	1.224
Veículos e afins	23	64
Bens em regime especial	-	62
Despesas antecipadas	59	42
Total Circulante	624	1.392

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	4.388	4.388
Sicredi Participações S.A.	4.073	4.073
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	8.462	8.462

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.	Sicredi Fundos Garantidores	Cooperativa Central
--	----------------------------	-----------------------------	---------------------

	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	1.320.754 ON	1.320.754 ON	1	1	4.387.653	4.387.653
	2.752.723 PN	2.752.723 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,39%	0,46%	0,62%	0,62%	1,13%	1,14%
Capital social	969.491	880.597	164	164	389.851	383.377
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	400.409	393.914
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	5	-
Valor do investimento	4.073	4.073	1	1	4.388	4.388

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	8.428	(3.728)	4.700	3.914
Imobilizações em curso	-	171	-	171	61
Terrenos	-	714	-	714	714
Edificações	4%	685	(483)	202	240
Instalações	10%	1.761	(674)	1.087	892
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.501	(779)	722	560
Sistema de comunicação	10%	79	(34)	45	47
Sistema de processamento de dados	20%	2.325	(1.247)	1.078	623
Sistema de segurança	10%	415	(127)	288	301
Sistema de transporte	20%	777	(384)	393	476
Intangível (i)		4.629	(2.650)	1.979	2.257
Investimentos Confederação		4.487	(2.618)	1.869	2.120
Outros ativos intangíveis		142	(32)	110	137
Total		13.057	(6.378)	6.679	6.171

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	23.847	-	-	23.847	24.571
Depósitos Interfinanceiros	-	13.925	11.573	25.498	23.156
Depósitos a prazo	6.705	3.955	97.614	108.274	89.586
Total	30.552	17.880	109.187	157.619	137.313

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	61.428	68.720
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	61.428	68.720
Total circulante	61.428	68.720

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 13/12/2020, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Provisão para pagamentos a efetuar	1.301	1.066
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	105	150
Outras Contingências	2	4
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	1.006	1.007
Pendências a regularizar	29	125
Operações com cartões	6.937	5.165
Demais fornecedores	252	327
Credores diversos	288	413
Total circulante	9.920	8.257

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	150	105	(155)	100
Cível	-	5	-	5
Total	150	110	(155)	105

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	100	150
Cível	Provável	5	-
Total		105	150

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 70; R\$ 31 (2018 - R\$ 115 e R\$ 31), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	31.345	29.307
Total de associados	19.124	18.625

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 2.038 (2018 – R\$ 1.901), sendo R\$ 2.492 (2018 – R\$ 2.319) via integralização de resultados e R\$ 858 (2018 – R\$ 1.020), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.312 (2018 – R\$ 1.438).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 4,5% em Conta Capital, no montante de R\$ 1.334, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 474 (R\$ 0 em dezembro de 2018), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	12.448	10.153
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(3.734)	(4.264)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	3	3
Provisão resgate de milhas cartão	12	(11)
Brindes e Doações	(12)	(12)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(5)	24
Receita com atos cooperativos	3.246	3.509
Juros sobre capital próprio	400	470
Prejuízo fiscal	26	77
Lucros e dividendos	8	28
Outros	(0)	23
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	217
Subtotal	3.677	4.328
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(57)	64

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	17.004	22.729
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	36.295	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	28.516	52.615
Outros Créditos - Rendas a receber	416	438
Outros Créditos - Diversos (Nota 07 e 08)	301	198
Investimentos (Nota 10)	8.462	8.462
Intangível (Nota 11)	1.869	2.120
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	3.251	3.068
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	61.428	68.720
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	6.897	4.991
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.218	300
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	2.830	2.579
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	3.280	4.364
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17)	474	-
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	183	-
Operações de Empréstimos e Repasses	2.771	3.591
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	766	713
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	2.840	2.795

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	66	0,28%	56
Depósitos a prazo	86	0,08%	1.017
Operações de crédito	1.731	0,85%	1.986

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	1.650	1.383

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	283	243
Despesa de aluguéis	536	505
Despesa de comunicação	548	526
Despesa de manutenção e conservação	622	550
Despesa de material	282	222
Despesa processamento dados	253	185
Despesa de promoções e relações públicas	864	714
Despesa de propaganda e publicidade	131	114
Despesa de seguro	76	65
Despesa de serviços do sistema financeiro	808	1.200
Despesa de serviços de terceiros	283	203
Despesa de serviços de vigilância e segurança	607	553
Despesa de serviços de técnicos especializados	636	494
Despesa de serviços de transportes	533	441
Despesa de viagem	180	104
Despesa de depreciação e amortização	787	565
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	485	432
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	494	453
Outras despesas administrativas	1.290	771
Total	9.698	8.340

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	860	563
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	3.071	4.097
Reversão de provisões operacionais	1.564	1.077
Outras rendas operacionais	497	506
Total	5.992	6.243

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	475	271
Contribuições Cooperativistas	101	84
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	171	94
Contribuição Confederação Sicredi	2.499	2.458
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	271	294
Encargos da administração financeira	17	27
Repasse administradora de Cartões	93	107
Outras despesas de Cartões	379	294
Despesas com Securitização	1.324	-
Outras provisões operacionais	1.367	1.365
Outras despesas operacionais	512	269
Total	7.209	5.263

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	65.901	68.383
Coobrigações em cessões de crédito	76	95
Total	65.977	68.478

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	70.322	60.364
Nível I (NI)	70.322	60.364
Capital principal - CP	70.322	60.364
Capital social	31.345	29.307
Reservas de capital	37.297	30.422
Lucros acumulados	3.660	2.892
Ajustes Prudenciais	(1.979)	(2.257)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	291.289	290.118
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	525	982
Margem de Capital (i)	39.212	28.920
Índice de Basileia (PR / RWA)	24,14%	20,81%
Situação de Imobilização (Imob)	4.701	3.916
Índice de Imobilização (Imob / PR)	6,68%	6,49%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Eraldo Fassini
Diretor Executivo
CPF: 613.950.130-04

Kellen Cristina Delai Lava
Diretora de Operações
CPF: 000.409.860-98

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Palmeira das Missões / RS, 17 de fevereiro de 2020.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região de Palmeira das Missões - Sicredi Grande Palmeira RS e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

Carlos Alberto Taffarel
Conselheiro

Diego Andre Mari Mafalda
Conselheiro

Everaldo Barbieri Manfio
Conselheiro